

## TIMOR-LESTE



ÁREA: 14 600 KM<sup>2</sup>

CAPITAL: Díli

POPULAÇÃO: 1.1 milhões (2010)

MOEDA: USD

Impulsionada pelas receitas petrolíferas, a economia continuou a crescer de forma acelerada em 2010, consolidando a sua confortável posição orçamental e externa, sem qualquer dívida e com o saldo do Fundo Petrolífero em patamares elevados. A inflação tendeu todavia a aumentar, impulsionada pela subida dos preços internacionais dos bens alimentares e pela depreciação do USD, mas voltaria a abrandar no ano em curso.



## II.6.1. SÍNTESE

A arrecadação de receitas volumosas, provenientes da exploração *off-shore* de petróleo e gás, continua a ser um dos elementos mais marcantes da conjuntura macroeconómica timorense – a par da crescente consolidação da estabilidade sócio-política, depois do período conturbado de 2006/2007. Com os preços internacionais dos combustíveis a permanecerem em patamares elevados ao longo de 2010, assistiu-se neste ano a uma significativa recuperação das referidas receitas – cujo enquadramento segue as melhores práticas internacionais de boa gestão e transparência (conforme foi reconhecido no âmbito da *Extractive Industries Transparency Initiative*, EITI – entidade de referência na matéria).

**Quadro II.6.1.**

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2008	2009	2010	2011
		Est.	Est.	Prog.
PIB real não-petrolífero (t.v.a.)	12.2	12.7	9.5	7.3
Inflação (t.v.a. média)	9.0	0.7	6.8	6.0
Massa monetária (t.v.a.)	33.1	40.3	9.9	
Balança corrente (% PIB não-petrol.)	397.3	212.0	234.3	169.2
Saldo orçamental (% PIB n.p.) <sup>(a)</sup>	374.2	214.2	224.6	180.8
Receitas petrolíferas (% PIB n.p.)	469.7	297.1	320.0	277.3
Fundo Petrolífero (% PIB n.p.)	821.8	867.2	952.2	1002.9
Dívida pública (% PIB n.p.)	0.0	0.0	0.0	0.0

**Fontes:** ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e FMI.

**Notas:** (a) Saldo orçamental em base de caixa.

O Fundo Petrolífero timorense, para onde tais receitas são canalizadas, ascendeu assim a USD 6.9 mil milhões no final do ano passado (e USD 8.0 mil milhões em Maio de 2011), disponibilizando USD 811 milhões para financiar o OGE/2010 – de acordo com regras orientadas para a preservação da riqueza em benefício das gerações futuras. A dimensão das receitas petrolíferas no contexto de Timor-Leste – em particular a referida transferência anual, equivalente a cerca de 112% do PIB não-petrolífero (PIBnp) em 2010 – tem, por seu turno, repercussões muito significativas a diversos níveis.

Dá, desde logo, origem a um grande desaforo orçamental (cf. Quadro II.6.1), que se traduz por uma redução substancial da importância assumida pela restrição financeira na execução da despesa pública – embora fazendo avultar outras restrições, como as logísticas e administrativas. Tem estado, de facto, em curso, nos últimos anos, um estímulo orçamental de grande magnitude, especialmente ao nível das despesas de investimento, que se multiplicaram por um factor de 90 (em USD correntes) desde 2005 – constando agora do OGE/2011 mais um substancial acréscimo das mesmas (para 43% do PIBnp).

Tal estímulo vem sustentando, desde 2007, um ritmo acelerado de expansão da actividade económica – com o crescimento observado a ultrapassar, em cada ano, as projecções iniciais (o que poderá suceder novamente em 2011, segundo admitem as autoridades timorenses). Constata-se, porém, que houve um certo abrandamento em 2010 (tal como na cadência de expansão da massa monetária) – fenómeno do qual poderá, aliás, resultar um contributo para moderar a tendência de subida da inflação que se foi observando ao longo de 2010 e se acentuou no início do ano em curso (quebrando em seguida).

Essa tendência de subida terá repercutido o impacto de diversos factores, entre os quais o próprio estímulo orçamental, a alta dos preços internacionais das matérias-primas e a depreciação do USD (moeda oficial timorense). A relevância assumida por este último fenómeno é um reflexo da significativa dependência do mercado local relativamente às importações – muito embora o peso dos rendimentos petrolíferos acabe por determinar, também a este nível, uma posição externa largamente confortável, cujo corolário é, aliás, a ausência de dívida externa (ou pública).

## II.6.2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

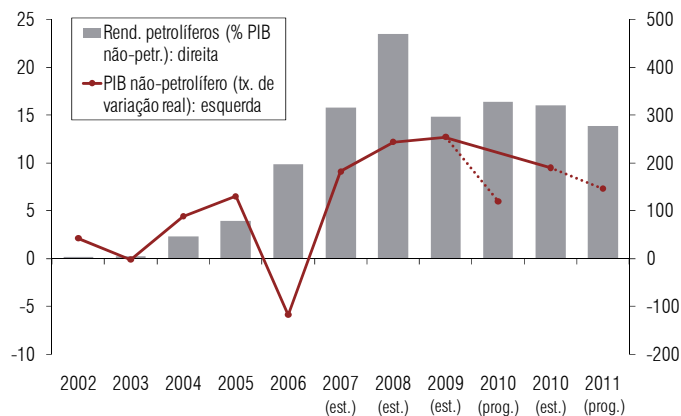
Depois de ultrapassada a instabilidade político-militar esporádica que marcou o período 2006/07, a economia timorense encetou uma trajectória de crescimento acelerado, patente de imediato em 2007 e intensificada no biénio seguinte. Tal cenário prolongou-se ainda no ano passado, com as autoridades timorenses a estimarem uma variação real do PIBnp cifrada em 9.5% (cf. Gráfico II.6.1). Ou seja, um ritmo de crescimento que continua muito robusto, embora em desaceleração – tendência esta que se poderá consolidar em 2011 (tendo o FMI projectado 7.3% de variação real).

Importa, porém, referir que as projecções de crescimento feitas à partida, nos últimos anos, têm ficado sempre aquém da realidade posteriormente observada. De facto, as autoridades timorenses admitem que a taxa de crescimento real da economia não-petrolífera ronde novamente os dois dígitos em 2011 – continuando a ser impulsionada por um importante estímulo orçamental, em particular ao nível do investimento (graças à confortável situação das contas públicas, sustentadas pelos rendimentos petrolíferos – cf. Gráfico II.6.1 e Capítulos seguintes). Na óptica da produção, tenderão a destacar-se novamente os sectores que têm revelado maior dinamismo nos anos mais recentes (como é o caso da construção e do comércio), esperando-se ainda uma retoma da agricultura – responsável por cerca de ¼ do PIBnp e afectada por condições climáticas desfavoráveis na primeira metade de 2010.

Deverá, aliás, sublinhar-se que mesmo um eventual abrandamento do ritmo de expansão da actividade económica corresponde ainda a um ganho apreciável em termos de rendimento *per capita* (dadas as estimativas de crescimento da população, que oscilam entre 2% e 3.5% ao ano). Tal ganho poderá voltar a repercutir-se favoravelmente sobre as condições de vida da população, na sequência do que se vem verificando – de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, Timor-Leste passou de 162º entre 182 países, em 2009, para 120º entre 169, em 2010. Este progresso reflecte, em boa medida, os esforços das autoridades para a modernização das infraestruturas básicas – encaradas também como catalisadoras do investimento privado, juntamente com a melhoria do ambiente de negócios (para cujo efeito estão em curso diversas medidas, entre as quais a revisão da lei da terra).

**Gráfico II.6.1.**

**PIB REAL | Taxas de variação anual em percentagem**



**Fontes:** ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e FMI.

Taxas de crescimento económico um pouco menos pronunciadas poderão também, por outro lado, revelar-se mais sustentáveis, ou seja mais facilmente compatíveis com a capacidade de absorção da economia e o esvaziamento das pressões inflacionistas. Este último efeito viria, aliás, provavelmente em tempo oportuno, dada a intensificação da cadência inflacionária que tem estado genericamente patente desde o início de 2010 – acelerando de forma significativa no primeiro trimestre do ano em curso, mas abrandando substancialmente nos meses imediatos (cf. Gráfico II.6.2).

Constata-se, de facto, que a taxa de variação média anual do IPC (indicativa da tendência) aumentou continuamente desde Fevereiro de 2010 – enquanto a respectiva taxa de variação homóloga passava de 1.8% em Dezembro de 2009 para 9.2% um ano depois (ultrapassando assim a meta de 6.5%). Este fenómeno acabaria por atingir um pico em Março de 2011, quando a inflação homóloga se cifrou em 14.1% (o segundo valor mais elevado desde o início da série, em 2000) – quebrando depois, com o índice a permanecer praticamente estacionário nos dois meses seguintes (cf. Gráfico II.6.3).

A fase mais recente desta tendência para a intensificação da cadência inflacionária terá sido influenciada por factores sazonais bem conhecidos: o aumento da procura interna associado ao período das festas (finais de 2010) e a relativa escassez de produtos agrícolas (princípios do ano em curso). Tal escassez, determinada pelo ritmo habitual da respectiva campanha, assume especial relevância devido ao peso assumido no cabaz do IPC pelos bens alimentares (56.7% do total) – categoria esta cujos preços aumentaram 9.7% no primeiro trimestre de 2011, contra 8.1% no tocante ao índice global.

Gráfico II.6.2.

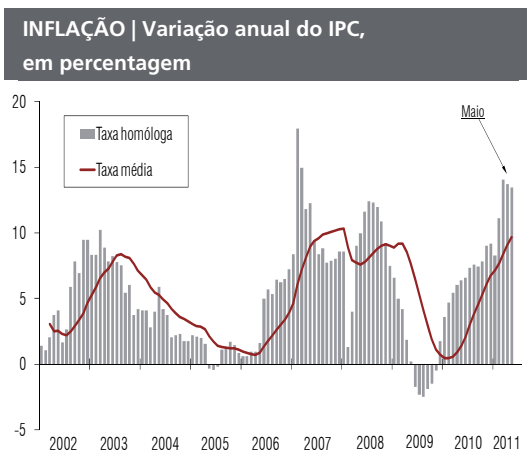
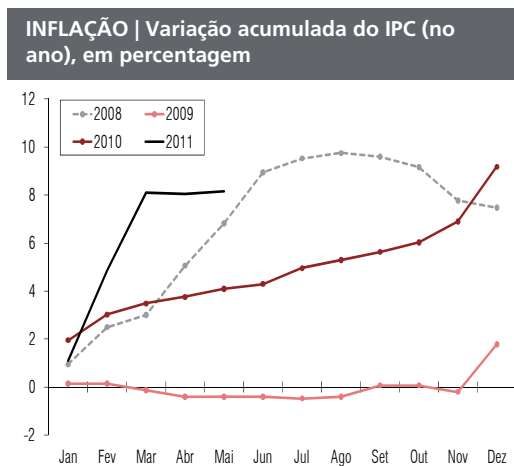


Gráfico II.6.3



Fontes: ABPTL.

Para além dos referidos efeitos internos, que se fizeram sentir nos meses em torno da mudança de ano (pontualmente agravados por constrangimentos ao nível dos circuitos de distribuição), a tendência mais geral de subida dos preços na economia timorense terá sido impulsionada pelo impacto de três factores adicionais. Por um lado, a alta dos preços internacionais das matérias-primas alimentares e energéticas; por outro lado, a depreciação do USD (moeda oficial timorense) face às moedas dos principais parceiros comerciais, que encareceu as importações expressas em USD; finalmente, as pressões eventualmente induzidas pelo estímulo orçamental, com especial impacto em domínios como os preços dos materiais de construção ou os salários dos trabalhadores especializados.

### II.6.3. CONTAS EXTERNAS

À semelhança do que vem sucedendo desde 2004, o perfil da balança de pagamentos timorense em 2010 foi essencialmente determinado pela magnitude das receitas petrolíferas (em rigor, de petróleo e gás). Estas últimas começaram, de facto, a assumir expressão significativa naquele ano, reflectindo as disposições do acordo firmado em 2002 com a Austrália, pelo qual revertem para a parte timorense 90% dos recursos da *Joint Petroleum Development Area* – recursos estes cuja gestão se rege por um enquadramento jurídico alinhado com as melhores práticas internacionais. Timor-Leste foi, aliás, reconhecido, em Julho de 2010, como o terceiro país, à escala mundial (entre 11 também já consagrados e outros 24 ainda candidatos) a respeitar plenamente os requisitos de transparência e boa governação definidos no âmbito da *Extractive Industries Transparency Initiative* (EITI).

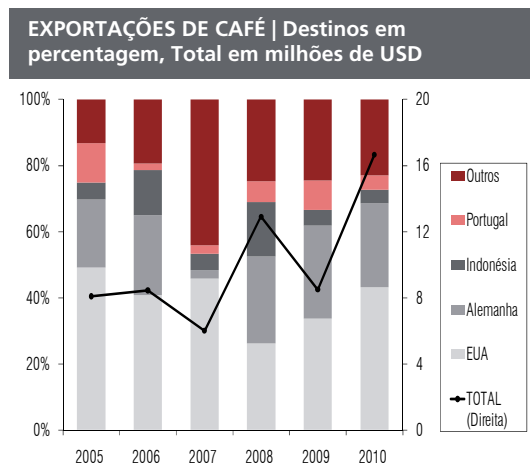
## Quadro II.6.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS   Em percentagem do PIB não-petrolífero				
	2008	2009	2010	2011
		Est.	Est.	Prog.
Balança corrente	397.3	212.0	234.3	169.2
( <i>excl. Assistência internacional</i> )	327.7	153.7	190.0	130.8
Balança comercial	-55.8	-58.2	-76.5	-95.6
Exportações	2.8	1.5	2.8	1.7
Importações	58.5	59.7	79.3	97.3
Serviços (líq.)	-84.7	-85.2	-56.4	-53.8
Rendimentos (líq.)	471.8	297.5	323.0	280.2
dos quais: Rend. petrolíferos	469.7	297.1	320.0	277.3
Transferências correntes (líq.)	65.9	58.0	44.3	38.3
das quais: Assist. internacional	69.5	58.4	44.3	38.3
Balança de capital e financeira	-401.1	-205.7	-222.2	-176.9
Balança global	-3.9	6.4	12.1	-7.8

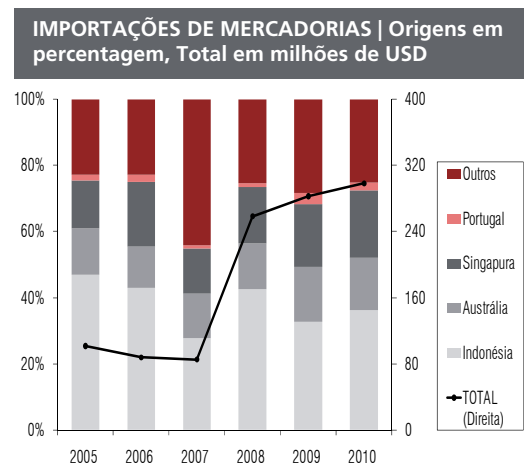
Fontes: ABPTL e FMI.

A recuperação dos preços internacionais dos combustíveis para patamares elevados, depois da forte queda de 2008, permitiu que as receitas petrolíferas timorenses atingissem em 2010 o segundo valor mais elevado de sempre: USD 2.3 mil milhões (cerca de 3,2 vezes o PIBnp – cf. Quadro II.6.2). Dadas as especiais características desta actividade, tais receitas são contabilizadas na esfera dos rendimentos, enquanto *royalties*, impostos e juros de aplicações que alimentam o Fundo Petrolífero – cujo saldo ultrapassava USD 8 mil milhões em Maio de 2011. Este último (o fundo soberano timorense) prosseguiu também a sua estratégia de diversificação: depois da indicação do BIS, em Junho de 2009, para a gestão de uma carteira de obrigações (20% do total), foi seleccionada a Schroders, em Outubro de 2010, para gerir uma segunda carteira (neste caso de acções: 3 a 5% do total).

## Gráfico II.6.4.



## Gráfico II.6.5.



Fontes: ABPTL e Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste).

Nota: Exclui as importações efectuadas no âmbito da ONU e dos doadores.

A dimensão dos rendimentos petrolíferos, no contexto da economia timorense, leva ao apuramento de indicadores agregados excepcionalmente favoráveis, como é caso de um excedente da balança corrente equivalente a 234% do PIBnp em 2010. Para este resultado contribuiu ainda a assistência internacional, que permanece relevante (cerca de 44% do PIBnp nesse mesmo ano), embora longe do peso preponderante assumido no início da década passada – e com tendência para diminuir, acompanhando a desmobilização gradual da ONU, à medida que se consolida a estabilidade política.

Para além dessas duas grandes fontes de receitas externas, continuam a destacar-se as exportações de café, com valores bastante mais modestos mas um impacto sócio-económico considerável. Destinadas sobretudo aos EUA e à Alemanha (cf. Gráfico II.6.4), registaram um crescimento acentuado em 2010, mais do que duplicando em valor – graças a uma campanha excepcionalmente positiva e à forte subida do respectivo preço no mercado internacional. Já no contexto das despesas financiadas por este conjunto de receitas, sobressaem naturalmente as importações de mercadorias, que têm conhecido um crescimento acelerado ao longo dos últimos anos: 55.3% em 2010, para USD 575 milhões (quase seis vezes o valor contabilizado em 2006, a preços correntes).

Tal evolução reflecte a expansão da procura interna induzida pelo aumento das receitas petrolíferas, que se reflecte tanto ao nível das importações de bens de consumo (com destaque para os combustíveis e o arroz) como na esfera dos bens de capital. Estes tendem, aliás, a ganhar peso face ao total de importações, estimando-se que ultrapassem já 1/3 das mesmas (em linha sobretudo com o esforço de investimento público). À excepção do ano atípico de 2007, que eventualmente reflectiu a instabilidade então atravessada, o padrão geográfico das importações tem permanecido estável (excluindo a parcela associada à ONU e aos doadores, para a qual não estão disponíveis dados desagregados) – com os dois países vizinhos e Singapura, entreposto regional, a predominarem largamente (cf. Gráfico II.6.5).

#### II.6.4. FINANÇAS PÚBLICAS

Além de sustentarem a posição externa acentuadamente positiva que a economia timorense vem evidenciando nos últimos anos, os rendimentos da actividade petrolífera *off-shore* têm igualmente um impacto macroeconómico muito pronunciado na esfera das contas públicas. De facto, também aqui dão origem a volumosos excedentes (“gémeos” daqueles que se apuram na balança corrente externa) – cerca de USD 1.6 mil milhões em 2010, ou 225% do PIBnp (cf. Quadro II.6.3).

As receitas petrolíferas – ou seja, o conjunto de fluxos que alimentam o Fundo Petrolífero (*royalties*, impostos e juros) – registaram, aliás, uma recuperação substancial em 2010, aumentando 26% face ao ano precedente (cf. Gráfico II.6.6). Ficaram, assim, já praticamente ao nível do máximo anterior, alcançado em 2008 (a preços correntes) – tendo, em particular, ultrapassado (por uma margem considerável: 25.8%), o valor inscrito no OGE suplementar que foi aprovado em meados de 2010.

##### Quadro II.6.3.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL   Em percentagem do PIB não-petrolífero				
	2008	2009 Est.	2010 Est.	2011 Prog.
Receitas totais	478.6	306.6	329.2	286.7
Rec. internas	8.6	9.5	9.2	9.3
Rec. petrolíferas	469.7	297.1	320.0	277.3
Donativos	0.2	0.0	0.0	0.0
Despesas totais	104.4	92.4	104.6	105.9
Desp. correntes	70.1	58.7	69.5	62.8
Desp. de investimento	34.3	33.7	35.0	43.0
Saldo Global (base caixa)	374.2	214.2	224.6	180.8

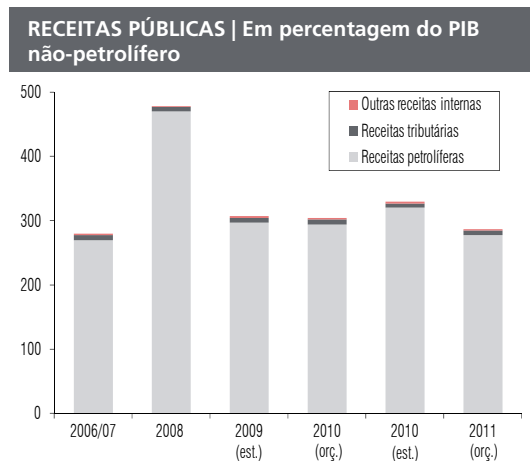
Fontes: ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e FMI.

O peso das referidas receitas no orçamento timorense é, efectivamente, esmagador (97.5% das receitas totais entre 2008 e 2010), suscitando nos últimos anos um debate em torno do papel a desempenhar pelas restantes receitas, ditas internas. Por razões de equidade e preparação para o futuro pós-petrolífero (a bastante longo prazo), as autoridades timorenses entendem que estas últimas devem ser mais relevantes do que vem sucedendo – apontando para uma meta de 20% do PIBnp em 2015.

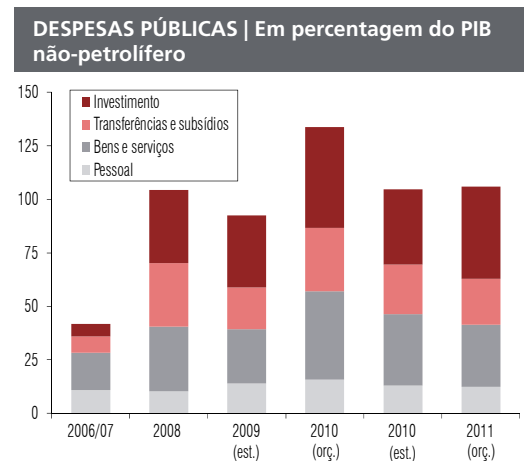
É certo que o respectivo peso tem aumentado face aos valores anteriores a 2008 – e que a execução de 2010 excedeu as expectativas, ficando 8.1% acima do orçamentado. Ainda assim, a concretização da referida meta exigirá certamente um forte empenho das autoridades na aplicação da estratégia que definiram para o efeito. Esta última inclui melhorias na administração tributária, medidas específicas de combate à evasão fiscal e campanhas de sensibilização dos cidadãos – juntamente com um alargamento da base tributária e a eventual subida de algumas taxas de imposto (como poderá ser o caso do consumo de bens considerados de luxo).

As intenções de reforma manifestadas pelas autoridades na esfera das finanças públicas alargam-se ainda a outros domínios, nomeadamente relativos ao sistema de gestão das finanças públicas (*public financial management*). A este nível, foi definido em princípios de 2010 um Plano Estratégico que tem estado a ser executado e abrange aspectos como os sistemas contabilísticos, a gestão das compras públicas e a auditoria interna (incluindo mecanismos anti-corrupção) – com o objectivo declarado de aumentar a eficiência na execução da despesa e melhorar a equidade social do respectivo impacto.

**Gráfico II.6.6.**



**Gráfico II.6.7.**



**Fontes:** ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e FMI.

Tais iniciativas das autoridades podem ser encaradas como uma resposta às tensões que inevitavelmente surgem quando se verifica uma redução tão acentuada da restrição financeira como sucedeu em Timor-Leste nos últimos anos. Tendo passado a ser sobretudo logísticas e administrativas as restrições que condicionam o ritmo de realização da despesa pública, esta tendeu, de facto, a crescer acentuadamente: 32% em 2010 (face ao ano anterior), para cerca de 105% do PIBnp – cf. Gráfico II.6.7.

As autoridades estão ainda empenhadas em aumentar o grau de execução das despesas de investimento – que melhorou desde meados da década passada mas tem permanecido aproximadamente estável nos últimos anos: 86.1% do orçamentado em 2010 (contra 92.9% no caso das despesas correntes). Para esse efeito, está a ser constituída uma nova entidade, directamente dependente do Primeiro-Ministro e incumbida de centralizar a aprovação e o acompanhamento dos projectos. Ao mesmo tempo que avança este novo enquadramento, foi orçamentado para 2011 um aumento significativo do peso atribuído às despesas de investimento – cerca de 40.7% da despesa total, contra 33.5% na execução de 2010.

## II.6.5. SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

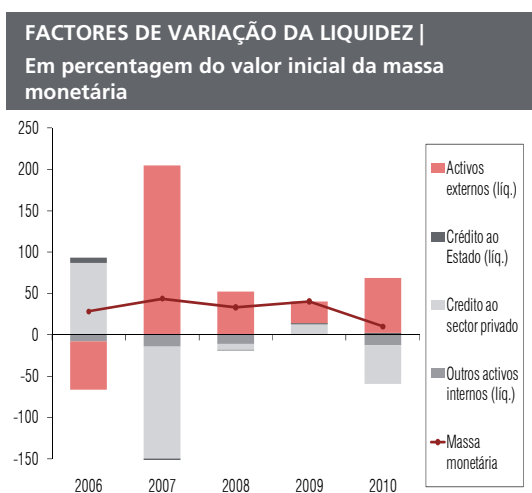
O financiamento das despesas públicas timorenses é assegurado, em primeiro lugar, pelos montantes arrecadados na esfera das receitas internas – mas, sobretudo, pela parcela das receitas petrolíferas que é anualmente transferida do Fundo Petrolífero para o OGE, de acordo com as regras estipuladas na legislação de enquadramento. Tal parcela tem por base o chamado Rendimento Sustentável Estimado

(*Estimated Sustainable Income, ESI*), entendido como a fatia da riqueza petrolífera que pode ser anualmente utilizada sem pôr em risco a preservação da mesma para as gerações futuras.

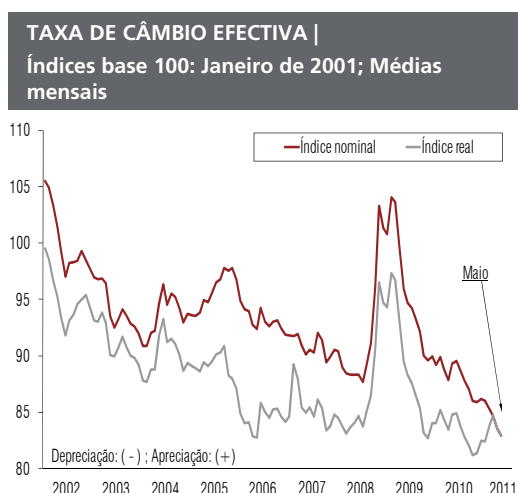
O ESI está fixado em 3% da referida riqueza – definida como a soma do saldo existente no Fundo Petrolífero com o valor actualizado dos rendimentos futuros de petróleo e gás (por sua vez estimados, a cada ano, com base em hipóteses deliberadamente prudentes para variáveis como os respectivos preços internacionais e a dimensão das reservas timorenses). A diferença entre o valor anualmente transferido do Fundo Petrolífero para o OGE e o montante efectivamente dispendido no exercício em causa é encarada como um saldo de caixa, utilizável no contexto do OGE seguinte.

Tendo sido negativo nos dois anos precedentes, tal saldo revelou-se positivo em 2010 – ou seja, o montante transferido neste último ano excedeu em USD 125 milhões (cerca de 17% do PIBnp) as despesas efectuadas no decurso do mesmo. Ao nível das contas monetárias, esse facto traduziu-se numa significativa acumulação de depósitos do Estado junto do sistema bancário (mais 70.4% face ao final de 2009) – determinando, por conseguinte, um forte efeito contraccionista do crédito líquido ao Estado sobre a liquidez (cf. Gráfico II.6.8).

**Gráfico II.6.8.**



**Gráfico II.6.9**



Fontes: ABPTL e FMI.

O referido efeito contraccionista foi mais do que compensado pelo reforço dos activos externos líquidos – tendo a magnitude de cada um correspondido, respectivamente, a -46.5% e a +66.7% do valor inicial da liquidez. A conjugação de ambos os efeitos seria, por seu turno, determinante para a expansão de 9.9% que a massa monetária evidenciou em 2009 – variação anual esta que foi, todavia, a menos pronunciada dos últimos seis anos (tinha atingido os 40.3% em 2009).

Tal fenómeno tendeu, aliás, a acentuar-se no primeiro trimestre de 2011, com a massa monetária a registar mesmo uma contracção de 3.8%. A evolução mais moderada desta última poderá, contudo, ter prestado um contributo oportuno para o esvaziamento das pressões inflacionistas, em alta nos meses iniciais do ano – fenómeno que então repercutia factores como a depreciação do USD (moeda oficial de Timor-Leste) face às moedas dos principais parceiros comerciais timorenses (cf. Gráfico II.6.9).

O comportamento da liquidez em termos agregados teve, porém, subjacente uma evolução bastante diferenciada das suas principais componentes – com os depósitos à ordem a registarem uma quebra de 10.8% em 2010 (passando a assumir, pela primeira vez, um peso claramente inferior ao dos restantes depósitos). Permanece também muito modesto o desempenho do crédito à economia, que se expandiu 5.9% em 2010 – e está apenas cerca de 10% acima do patamar alcançado em 2007 (após o qual se deu o aumento do mal-parado, que ronda 18% do total, embora amplamente provisionado).

## Quadro A.II.6.1.

		PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS								
		Unidades	2007	2008	2009 Est.	2010		2011		
Prog.	Est.					Prog.	Est.			
<b>PRODUTO E PREÇOS</b>										
Rendimento nacional bruto <sup>(a)</sup>	milhões de USD	1747	2918	2465	2704	2969	3136			
PIB não-petrolífero	milhões de USD	416	511	620	627	725	825			
	tx. variação real	9.1	12.2	12.7	6.0	9.5	7.3			
Inflação (IPC)	t. v. homóloga anual	8.6	7.5	1.8	6.5	9.2	6.0	13.5	Mai	
	t. v. média anual	10.3	9.0	0.7	4.5	6.8	6.0	9.7	Mai	
<b>FINANÇAS PÚBLICAS</b>										
Receitas totais	% do PIB não-petrol.	343.0	478.6	306.6	304.0	329.2	286.7			
Receitas internas	% do PIB não-petrol.	11.0	8.6	9.5	9.9	9.2	9.3			
Receitas petrol. (petróleo e gás)	% do PIB não-petrol.	330.0	469.7	297.1	294.1	320.0	277.3			
Donativos	% do PIB não-petrol.	3.0	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0			
Despesas totais (base caixa)	% do PIB não-petrol.	59.0	104.4	92.4	133.6	104.6	105.9			
Despesas correntes	% do PIB não-petrol.	46.0	70.1	58.7	86.6	69.5	62.8			
Despesas de investimento	% do PIB não-petrol.	13.0	34.3	33.7	47.1	35.0	43.0			
Saldo orçamental (base caixa)	% do PIB não-petrol.	284.0	374.2	214.2	170.3	224.6	180.8			
Dívida pública	% do PIB não-petrol.	0	0	0	0	0	0	0	Jun	
Fundo Petrolífero	milhões de USD	2086	4197	5377	6744	6904	8271	8039	Mai	
	% do PIB não-petrol.	502.0	821.8	867.2	1075.6	952.2	1002.9			
<b>MOEDA E CRÉDITO</b>										
Activos externos líquidos <sup>(b)</sup>	% PIB não petrol.	76.6	77.0	71.4		85.8				
	taxa de variação anual	181.5	23.7	12.5		40.4				
	meses de Importações	7.6	6.1	5.6		7.1				
Activos internos líquidos	% PIB não petrol.	-42.0	-39.6	-28.1		-45.1				
	taxa de variação anual	1145.9	15.9	-13.8		87.4				
Massa monetária <sup>(c)</sup>	% PIB não petrol.	34.6	37.5	43.3		40.7				
	taxa de variação anual	43.7	33.1	40.3		9.9				
<b>BALANÇA DE PAGAMENTOS</b>										
Balança corrente	% do PIB não-petrol.	283.3	397.3	212.0		234.3	169.2			
Excl. Assistência internac.	% do PIB não-petrol.	215.7	327.7	153.7		190.0	130.8			
Balança comercial	% do PIB não-petrol.	-40.7	-55.8	-58.2		-76.5	-95.6			
Export. de mercadorias <sup>(d)</sup>	% do PIB não-petrol.	1.6	2.8	1.5		2.8	1.7			
	taxa de variação anual	-28.2	111.5	-34.4		116.8	-30.0			
Import. de mercadorias	% do PIB não-petrol.	42.3	58.5	59.7		79.3	97.3			
	taxa de variação anual	74.6	70.1	23.9		55.3	39.5			
Balança corrente e de capital	% do PIB não-petrol.	291.1	400.6	216.5		242.5	176.3			
Balança global	% do PIB não-petrol.	35.3	-3.9	6.4		12.1	-7.8			

Fontes: ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Inclui os rendimentos obtidos com a exploração *off-shore* de petróleo e gás; (b) Não está aqui considerado o Fundo Petrolífero; (c) A circulação monetária inclui apenas as moedas metálicas (de centavos, sub-denominações do USD) emitidas pela ABPTL, estando excluídas as notas de USD em circulação, dada a ausência de indicadores fiáveis sobre entradas e saídas de numerário (no contexto da dolarização oficialmente vigente); (d) As receitas petrolíferas estão contabilizadas na balança de rendimentos, não sendo registadas no âmbito das exportações de mercadorias devido à falta de informação discriminada.

### Quadro A.II.6.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO   Preços correntes, Em milhões de USD						
	2007	2008	2009	2010		2011
	Est.	Est.	Est.	Proj.	Est.	Prog.
Agricultura, pescas e silvicultura	102	122	146			
Indústria e Serviços	111	135	162			
Administração Pública	202	253	312			
PIB não petrolífero	416	511	620	627	725	825
Consumo	736					
Consumo privado	477					
Consumo público	259					
Investimento bruto	111	322	341	301		
FBCF	103					
Sector Público	91					
Sector Privado	12					
Variação de Existências	8					
Procura Interna	847					
Exportações de bens e serviços	69	60	55		88	
Procura Global	916					
Importações de bens e serviços	501	777	945		1 052	
<i>Para memória:</i>						
<i>Rendimento Nacional Bruto p.m.</i>	<i>1 747</i>	<i>2 918</i>	<i>2 465</i>	<i>2 704</i>	<i>2 969</i>	<i>3 136</i>
<i>Rendimentos petrolíferos, incl. Juros de aplicações</i>	<i>1 312</i>	<i>2 399</i>	<i>1 842</i>	<i>2 055</i>	<i>2 320</i>	<i>2 287</i>
<i>PIB não-petrolífero (variação real, em %)</i>	<i>9.1</i>	<i>12.2</i>	<i>12.7</i>	<i>6.0</i>	<i>9.5</i>	<i>7.3</i>
<i>Rendimento nacional bruto (variação nominal, em %)</i>	<i>79.7</i>	<i>67.1</i>	<i>-15.5</i>	<i>9.7</i>	<i>20.4</i>	<i>7.3</i>

Fontes: ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e FMI.

Quadro A.II.6.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR   Em percentagem		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]	[4]
2002	Dezembro		9.5	9.5	
2003	Dezembro		4.2	4.2	7.2
2004	Dezembro		1.8	1.8	3.2
2005	Dezembro		0.9	0.9	1.1
2006	Dezembro		7.3	7.3	3.9
2007	Dezembro		8.6	8.6	10.3
2008	Dezembro		7.5	7.5	9.0
2009	Dezembro		1.8	1.8	0.7
2010	Dezembro		9.2	9.2	6.8
2009	Janeiro	0.1	0.1	6.6	8.9
	Fevereiro	0.0	0.1	5.0	9.2
	Março	-0.3	-0.1	4.2	9.2
	Abril	-0.3	-0.4	1.9	8.5
	Maio	0.0	-0.4	0.2	7.7
	Junho	0.0	-0.4	-1.7	6.5
	Julho	-0.1	-0.5	-2.3	5.3
	Agosto	0.1	-0.4	-2.5	4.0
	Setembro	0.5	0.1	-1.9	2.9
	Outubro	0.0	0.1	-1.5	1.9
	Novembro	-0.3	-0.2	-0.5	1.1
	Dezembro	2.0	1.8	1.8	0.7
2010	Janeiro	1.9	1.9	3.6	0.5
	Fevereiro	1.1	3.0	4.7	0.5
	Março	0.5	3.5	5.5	0.6
	Abril	0.3	3.8	6.0	0.9
	Maio	0.3	4.1	6.4	1.4
	Junho	0.2	4.3	6.6	2.1
	Julho	0.6	5.0	7.3	2.9
	Agosto	0.3	5.3	7.6	3.8
	Setembro	0.3	5.6	7.4	4.6
	Outubro	0.4	6.0	7.8	5.4
	Novembro	0.8	6.9	9.0	6.1
	Dezembro	2.1	9.2	9.2	6.8
	<i>Dezembro (prog.)</i>			6.5	4.5
2011	Janeiro	1.1	1.1	8.3	7.2
	Fevereiro	3.7	4.8	11.1	7.7
	Março	3.1	8.1	14.1	8.4
	Abril	-0.1	8.0	13.7	9.1
	Maio	0.1	8.2	13.5	9.7
		<i>Dezembro (prog.)</i>			6.0

**Fontes:** ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e cálculos do Banco de Portugal.

**Notas:** [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / Dezembro anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

**Quadro A.II.6.4.**

BALANÇA DE PAGAMENTOS   Em milhões de USD					
	2007	2008	2009 Est.	2010 Est.	2011 Prog.
1. BALANÇA CORRENTE	1177	2029	1315	1699	1395
1.1. Balança comercial	-169	-285	-361	-555	-788
Exportações <sup>(a)</sup>	7	14	9	20	14
das quais: Café	6	13	8	17	11
Importações	-176	-299	-370	-575	-802
1.2. Balança de serviços	-263	-433	-528	-409	-444
Exportações	63	46	46	68	72
das quais: Viagens	26	16	13	20	22
Importações	-325	-478	-574	-477	-516
das quais: relativas à ONU e aos doadores	-286	-364	-375	-351	-345
1.3. Balança de rendimentos	1331	2410	1845	2342	2311
dos quais: Rendimentos petrolíferos <sup>(b)</sup>	1312	2399	1842	2320	2287
1.4. Balança de transferências correntes	278	337	359	321	316
das quais: Assistência internacional	281	355	362	321	316
2. BALANÇA DE CAPITAL E FINANCEIRA	-1031	-2049	-1275	-1611	-1459
Transferências de capital oficiais	32	17	27	59	59
Balança financeira	-1064	-2057	-1289	-1397	-1518
da qual: Aplicação de poupanças petrolíferas	-1012	-2003	-1325	-1419	-1553
Valores em trânsito, erros e omissões	1	-9	-13	-273	0
3. BALANÇA GLOBAL	147	-20	39	88	-64
4. FINANCIAMENTO	-147	20	-39	-88	64
Variação dos activos externos líquidos (aumento: -)	-147	20	-39	-88	64
<i>Para memória:</i>					
	<i>(em percentagem do PIB não petrolífero)</i>				
<i>Rendimentos petrolíferos<sup>(b)</sup></i>	315.8	469.7	297.1	320.0	277.3
<i>Balança corrente</i>	283.3	397.3	212.0	234.3	169.2
<i>Balança corrente (excl. Assistência internacional)</i>	215.7	327.7	153.7	190.0	130.8
<i>Balança corrente e de capital</i>	291.1	400.6	216.5	242.5	176.3

**Fontes:** ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

**Notas:** (a) As receitas petrolíferas estão contabilizadas na balança de rendimentos, não sendo registadas no âmbito das exportações de mercadorias devido à falta de informação discriminada; (b) Inclui juros das aplicações feitas com os rendimentos petrolíferos.

Quadro A.II.6.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES   Em percentagem do total								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2004 a 2010
Alemanha	6.3	20.7	24.2	2.4	26.3	27.9	25.3	22.8
Austrália	7.3	5.5	3.6	7.8	2.1	3.0	4.1	4.0
EUA	50.9	49.1	40.8	45.9	26.2	33.8	43.2	39.7
Indonésia	18.3	5.0	13.6	5.0	16.4	4.9	4.2	9.8
Japão	0.0	1.2	1.4	0.0	5.0	4.7	3.7	3.0
Portugal	8.3	11.9	2.1	2.6	6.3	8.9	4.3	6.5
Singapura	2.3	1.1	7.6	17.6	10.8	3.4	9.0	6.7
Outros	6.5	5.4	6.7	18.7	6.9	13.4	6.1	7.4
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

**Fontes:** ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste), FMI e cálculos do Banco de Portugal

**Notas:** Apenas exportações de café.

Quadro A.II.6.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES   Em percentagem do total								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2004 a 2010
Austrália	17.7	13.9	12.5	13.5	13.8	16.7	15.8	15.2
China	0.9	1.7	2.5	3.3	2.1	4.1	7.4	3.8
Indonésia	52.9	47.0	43.0	27.7	42.5	32.6	36.2	39.0
Japão	1.1	10.4	2.5	9.1	2.3	2.7	3.3	3.7
Portugal	1.5	1.6	2.2	0.9	1.2	3.4	2.4	2.1
Singapura	13.3	14.6	19.4	13.7	17.1	18.9	20.4	17.7
Vietname	4.8	4.5	5.0	2.1	7.0	12.2	4.7	6.8
Outros	7.7	6.4	12.8	29.7	14.0	9.3	9.8	11.7
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

**Fontes:** ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste), FMI e cálculos do Banco de Portugal

**Notas:** Excluindo importações no âmbito das Nações Unidas e dos doadores.

**Quadro A.II.6.7.**

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO <sup>(a) (b)</sup>   Em milhões de USD								
Ano fiscal:	2006/ 2007		2008	2009	2010		2011	
	2007	2ºsem.			Orç. <sup>(c)</sup>	Est. g.e. <sup>(d)</sup>		
Receitas totais	1044	692	2444	1901	1906	2387	125.2	2364
Receitas internas	40	20	44	59	62	67	108.1	77
Impostos directos	12	5	19	13	28	16	57.1	19
Impostos indirectos	19	9	19	30	20	34	170.0	40
Outras receitas	9	6	6	16	14	17	121.4	18
Receitas petrolíferas	993	672	2399	1842	1844	2320	125.8	2287
Receitas fiscais	956	640	2284	1660	1694	2117	125.0	1992
Royalties e juros	37	32	115	182	150	203	135.2	295
Donativos	11	0	1	0	0	0		0
Despesas totais (base de caixa)	172	105	533	573	838	758	90.5	873
Despesas correntes	133	62	358	364	543	504	92.9	518
Despesas com o pessoal	40	24	53	86	99	94	94.2	103
Bens e serviços	64	15	154	158	259	242	93.5	240
Transferências e subsídios	29	23	151	120	184	168	91.3	175
Despesas de investimento	21	1	175	209	295	254	86.1	355
Despesas do exercício anterior	18	42						
Saldo global (base de caixa)	872	587	1911	1328	1068	1629		1491
Saldo global (excl. Receitas petrolíferas)	-121	-85	-488	-514	-776	-691		-796
Financiamento	121	85	488	514	776	691		796
Variação nos saldos de caixa (aumento: -)	-139	45	91	1	-68	-125		64
Saques sobre o Fundo Petrolífero	260	40	396	512	811	811		734
Outros <sup>(e)</sup> (aumento: -)	0	0	1	1	33	5		-2
<i>Para memória:</i>								
Saldo global, base de caixa (em % PIB não-petr.)	236		374	214	170	225		181
Excl. Receitas petrolíferas	-33		-96	-83	-124	-95		-97
<i>Fundo Petrolífero (valor acumulado)</i>								
Em milhões de USD (fim período)	1394	2086	4197	5377	6744	6904		8271
Em % do PIB não-petrolífero	378		822	867	1076	952		1003

**Fontes:** ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

**Notas:** (a) Orçamento da Administração Central; (b) Até Julho de 2007, o ano fiscal em Timor-Leste correspondia ao período compreendido entre 1 de Julho de um determinado ano civil e 30 de Junho do ano civil seguinte; (c) Orçamento suplementar; (d) Grau de execução face ao orçamentado, em percentagem; (e) Inclui valores em trânsito, erros e omissões.

## Quadro A.II.6.8.

SÍNTESE MONETÁRIA   Em milhões de USD	2007		2008		2009		2009/2008		2010		2010/2009		2011		Mar 2011 / Dez 2010	
							[1]	[2]	Est.		[1]	[2]	Est.	[1]	[2]	
<b>ACTIVOS EXTERNOS LÍQUIDOS</b>																
Disponibilidades sobre o exterior	318	393	443	443	443	12.5	25.7	62.2	40.4	66.7	461	-25.8	-54.4			
ABPTL	356	421	469	469	469	11.2	24.8	650	38.6	67.4	516	-20.5	-45.2			
Bancos comerciais	230	210	250	250	250	18.8	20.7	406	62.5	58.2	258	-36.4	-50.1			
Responsabilidades para com o exterior	126	211	219	219	219	3.7	4.1	244	11.3	9.2	258	5.9	4.8			
ABPTL	-38	-28	-26	-26	-26	-6.7	1.0	-28	7.1	-0.7	-55	97.0	-9.2			
Bancos comerciais	0	0	-12	-12	-12	-6.3		-12	-1.7	0.1	-12	3.0	-0.1			
	-38	-28	-14	-14	-14	-50.0	7.3	-16	14.8	-0.8	-43	166.7	-9.1			
<b>ACTIVOS INTERNOS LÍQUIDOS</b>																
Crédito líquido ao Estado	-174	-202	-174	-174	-174	-13.8	14.6	-327	87.4	-56.8	-177	-45.8	50.7			
Crédito bruto	-219	-230	-206	-206	-206	-10.2	12.2	-331	60.5	-46.5	-204	-38.3	43.0			
Depósitos	0	12	1	1	1	-90.1	-5.5	22	1851.2	7.9	13	-43.5	-3.3			
Crédito ao sector privado	-219	-241	-207	-207	-207	-14.0	17.7	-353	70.4	-54.4	-217	-38.6	46.3			
Outros activos (líquidos)	101	99	104	104	104	4.5	2.3	110	5.9	2.3	111	1.4	0.5			
MASSA MONETÁRIA	-56	-72	-72	-72	-72	-0.2	0.1	-105	47.0	-12.6	-84	-20.2	7.2			
Circulação monetária (a)	144	191	268	268	268	40.3	40.3	295	9.9	9.9	284	-3.8	-3.8			
Depósitos à ordem	2	2	3	3	3	14.1		3	20.5		4	4.1				
Depósitos a prazo e outros depósitos	73	102	155	155	155	51.9		138	-10.8		128	-7.0				
	68	87	111	111	111	27.5		154	38.5		152	-1.1				
<i>Para memória:</i>																
Activos do Fundo Petrolífero (em milhões de USD)	2 086	4 197	5 377	5 377	5 377	28.1		6 904	28.4		7 745	12.2				
Activos externos líquidos (em meses de importações) (b)	7.6	6.1	5.6	5.6	5.6	-7.4		7.1	26.1			-100.0				

Fontes: ABPTL, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Este agregado inclui apenas as moedas metálicas (de centavos, sub-denominações do USD) emitidas pela ABPTL, estando excluídas as notas de USD em circulação, dada a ausência de indicadores fiáveis sobre entradas e saídas de numerário, no contexto da dolarização oficialmente vigente; (b) Importações de bens e serviços.

[1] Variação face ao final do ano anterior; [2] Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (factores de expansão/contração da liquidez).

**Quadro A.II.6.9.**

TAXAS DE CÂMBIO   Taxas médias						
	Dólar Australiano	Rupia Indonésia	Euro	ITCE <sup>(a)(b)</sup>		
	USD/AUD	USD/IDR	EUR/USD	Nominal	Real	
2000	1.73	8 402	0.92	94.88		
2001	1.93	10 260	0.90	104.50	100.94	
2002	1.84	9 319	0.94	100.16	95.12	
2003	1.54	8 574	1.13	94.29	91.27	
2004	1.36	8 938	1.24	93.60	90.01	
2005	1.31	9 709	1.24	95.77	89.09	
2006	1.33	9 167	1.26	93.19	84.44	
2007	1.20	9 140	1.37	90.89	85.46	
2008	1.20	9 690	1.47	91.80	86.74	
2009	1.28	10 412	1.39	95.67	89.05	
2010	1.09	9 085	1.33	88.02	83.35	
2009 Janeiro	1.48	11 181	1.32	100.78	94.28	
Fevereiro	1.54	11 915	1.28	104.07	97.35	
Março	1.50	11 860	1.31	103.62	96.73	
Abril	1.40	11 033	1.32	99.64	93.06	
Maio	1.31	10 357	1.37	95.90	89.46	
Junho	1.25	10 214	1.40	94.68	88.30	
Julho	1.24	10 109	1.41	94.26	87.59	
Agosto	1.20	10 002	1.43	93.31	86.53	
Setembro	1.16	9 852	1.46	92.18	85.36	
Outubro	1.10	9 488	1.48	89.99	83.18	
Novembro	1.09	9 465	1.49	89.63	82.71	
Dezembro	1.11	9 464	1.46	89.93	84.02	
2010 Janeiro	1.09	9 293	1.43	89.19	84.05	
Fevereiro	1.13	9 342	1.37	89.91	85.18	
Março	1.10	9 164	1.36	88.79	84.30	
Abril	1.08	9 027	1.34	87.89	83.42	
Maio	1.15	9 166	1.26	89.31	84.79	
Junho	1.17	9 148	1.22	89.57	84.90	
Julho	1.14	9 042	1.28	88.62	83.71	
Agosto	1.11	8 976	1.29	87.81	82.82	
Setembro	1.07	8 966	1.31	87.04	82.06	
Outubro	1.02	8 927	1.39	85.99	81.20	
Novembro	1.01	8 948	1.37	85.91	81.34	
Dezembro	1.01	9 021	1.32	86.19	82.44	
2011 Janeiro	1.00	9 040	1.34	86.03	82.40	
Fevereiro	0.99	8 913	1.36	85.32	83.74	
Março	0.99	8 760	1.40	84.65	84.72	
Abril	0.95	8 651	1.44	83.50	83.57	
Maio	0.94	8 565	1.43	82.96	82.98	

**Fontes:** Banco da Indonésia, Banco de Reserva da Austrália, Departamento de Estatísticas de Singapura e Banco de Portugal; cálculos do Banco de Portugal.

**Notas:** (a) Índice da taxa de câmbio efectiva, com base nas taxas praticadas para as moedas dos três principais parceiros comerciais no período 2005/2009; (b) Um aumento/diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação/depreciação do USD (base 100: Janeiro de 2001).